

RESUMO - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - SERVIÇO SOCIAL

**CASO SÔNIA MARIA DE JESUS: UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A  
NATURALIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO  
DOMÉSTICA**

*Lívia Maria Martins (mliviamaria.17@ufrj.br)*

*Alexssandra Oliveira Cruz Coutinho De Oliveira (aleocruzz@ufrj.br)*

*Mariana Santos De Souza (marisantos@ufrj.br)*

*Tatiane De Oliveira Pinto (tatiolp@ufrj.br)*

No presente trabalho busca-se propor uma reflexão a partir de uma investigação mais ampla, iniciada em março de 2025, denominada “Trabalho análogo à escravidão: Análise crítica sobre as opressões de gênero, raça/etnia e geração”, que tem como foco ponderar sobre os marcadores étnico-raciais, bem como os de gênero e de faixa etária imbricados nos perfis de pessoas em situação de trabalho análogo à escravidão, tomando como base o caso de Sônia Maria de Jesus, trabalhadora doméstica, vítima de trabalho escravo, na cidade de Florianópolis em Santa Catarina (Diário PcD, 2024). Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa tiveram início em uma primeira fase desenvolvida por meio de revisão bibliográfica (Severino, 2007) e análise documental (Pimentel, 2001). Na fase atual, que se encontra em desenvolvimento, será realizada análise de conteúdo (Bardin, 1977) em relação ao material coletado, como reportagens, matérias de campanhas sobre resgates de vítimas e textos que envolvem denúncias de trabalho escravo, nos últimos 5 anos no Brasil. A pesquisa está sendo desenvolvida pelo NEGGRA

(Núcleo de Estudos de Gênero, Geração e Raça) da UFRRJ e conta com a participação de estudantes de graduação do curso de Serviço Social, que atuam como pesquisadoras no núcleo, bem como sua coordenadora. Como resultados parciais, a partir das análises já iniciadas, tanto na revisão bibliográfica, análise documental e nos materiais de campanhas/reportagens, é possível identificar que o trabalho análogo à escravidão reúne violações de direitos humanos, tais como a submissão a condições degradantes, jornadas exaustivas, restrição da liberdade e servidão por dívidas. Quando praticado no âmbito doméstico esse fenômeno apresenta particularidades, uma vez que o perfil das vítimas é, majoritariamente, composto por mulheres negras, adultas ou idosas, demarcando a intersecção de opressões de gênero, raça e geração. A pesquisa evidencia como a “integração familiar” é utilizada como mecanismo de dominação e apagamento da exploração perpetrada, além de apontar que a naturalização do trabalho escravo doméstico, por parte das trabalhadoras, acaba resultando na dificuldade de se reconhecerem como vítimas. Esse fato contribui para que não ocorram as denúncias de situações de abuso ou até mesmo para o retorno voluntário aos lares onde essas mulheres foram exploradas, devido ao vínculo afetivo construído com a família empregadora/exploradora, como ocorreu com Sônia Maria de Jesus. Assinala-se, ainda que em fase intermediária da investigação, que, a partir do ano de 2020, em que vivemos num contexto pandêmico, a exploração dessas mulheres foi potencializada e isso demonstra que, apesar de sua importância social através dos tempos, o serviço doméstico é caracterizado pela invisibilidade, desvalorização e por uma ineficaz regulamentação, como afirmam Galon e Oliveira (2023). Nesses termos, é possível inferir que as formas contemporâneas de escravidão se vinculam com a desigualdade presente na formação social brasileira com suas raízes coloniais, em especial o trabalho análogo à escravidão no âmbito doméstico, que está imbricado pelas opressões e violências de gênero, raça e geração, considerando que são mulheres as suas principais vítimas e, reforçando a urgência de políticas públicas de fiscalização, denúncia e reparação.

Palavras-chave: escravidão contemporânea; violência; invisibilidade.